



PROGRAMA DO CURSO PROMOVIDO PELA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TURMA II

TÍTULO

Dívida Pública Brasileira e suas consequências para os diversos segmentos sociais

Auditoria Cidadã da Dívida: Por quê? Para quê? Como?

OBJETIVO GERAL

A partir da experiência da Auditoria Cidadã da Dívida, o curso visa a socializar o conhecimento acerca de processos relacionados à Dívida Pública Brasileira e suas consequências para os diversos segmentos sociais, com o objetivo de capacitar multiplicadores para a utilização da ferramenta da auditoria para a mobilização social, incentivando a propagação dos trabalhos da Auditoria Cidadã.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Evidenciar a atuação de um Sistema da Dívida em âmbito mundial, impulsionado pelo processo de financeirização.
- Estudar os processos históricos de geração e crescimento de dívida pública externa e interna no Brasil, assim como dívida dos estados e municípios.
- Estudar a evolução dos gastos com o serviço da dívida pública frente aos gastos com políticas sociais.
- Identificar como o Sistema da Dívida influencia o modelo econômico e afeta as condições materiais dos diversos segmentos sociais, ao mesmo tempo em que explora de forma predatória os recursos naturais, provocando danos irreparáveis ao ecossistema.
- Divulgar a ferramenta da auditoria e impulsionar sua utilização para evidenciar e documentar processos, operações e mecanismos do Sistema da Dívida.
- Incentivar a formação de núcleos para o aprofundamento dos estudos e disseminação do conhecimento, visando ao empoderamento social.
- Analisar a dívida sob a *ótica do real pagador*, no caso a classe trabalhadora, distanciando-se de abordagens dominantes sobre o tema, que o tratam sob a *ótica do prestador*.
- Evidenciar a percepção sobre quem decide, quem paga e quem recebe.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução

- Auditoria Cidadã da Dívida: Por quê? Para quê? Como?
- Visão geral do universo do endividamento brasileiro federal, estadual e municipal
- Panorama do âmbito do trabalho da auditoria cidadã
- Papel da cidadania e responsabilidade social

Parte I: Sistema da Dívida

1.1 Conjuntura internacional: financeirização, crise “financeira” e crise “da dívida”

1.2 Poder do setor financeiro e utilização do endividamento público para absorver crises

1.3 Sistema da Dívida e sua atuação de modo semelhante em diversos países

1.4 Salvamentos bancários e sua relação com o endividamento público

1.5 Privilégios legais do endividamento no Brasil (art. 166 da Constituição Federal, dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre outras normas)

1.5 Prática: Identificação de fatos que comprovam a atuação do mesmo *modus operandi* do Sistema da Dívida em distintas instâncias

Parte II: Conceitos e Terminologias

Introdução: Abordagem sobre o Orçamento Público

2.1 Dívida Pública: Externa, Interna, Bruta, Líquida, Dívida de unidades sub-regionais (Estados e Municípios)

2.2 Juros Nominais e o privilégio de atualização monetária automática

2.3 Impactos econômicos e sociais

2.4 Mecanismos que geram dívida

2.5 Aspectos circundantes ao Sistema da Dívida

- Modelo tributário
- Modelo econômico marcado pelo privilégio do pagamento da dívida sobre todos os demais gastos
- Falta de controle de capitais
- Equívoca política de controle inflacionário

2.6 Prática: Pesquisas nas páginas oficiais indicativas de fontes de dados sobre a dívida pública interna e externa (Banco Central, Senado, Portal da Transparência)

Parte III: Dívida Externa



- 3.1 Evolução a partir dos anos 1970 e sua relação com a ditadura militar
- 3.2 Relevância da dívida com bancos privados internacionais e renegociações da década de 80 sob influencia do FMI
- 3.3 Transformação em Títulos *Brady* na década de 90, sob influencia do FMI, e sua utilização na compra de empresas privatizadas
- 3.4 Resgates e pagamentos antecipados feitos a partir de 2005
- 3.5 Prática: Identificação de Impactos Econômicos e Sociais decorrentes das imposições do FMI nos diversos acordos a partir de 1983. Paralelo com as imposições à Europa a partir da crise de 2008, a fim de evidenciar o mesmo *modus operandi* do Sistema da Dívida.

Parte IV: Dívida Interna

Introdução

- 4.1 Processos de transformação da dívida externa em “interna”
- 4.2 Crescimento acelerado a partir do Plano Real
- 4.3 Negociação através de *dealers* e alegação de sigilo bancário em relação aos detentores dos títulos da dívida “interna”
- 4.4 Contabilização dos juros como se fossem amortizações e crescimento exponencial da dívida “interna”
- 4.5 Impactos econômicos e sociais
- 4.6 Prática: Pesquisa sobre os resultados dos leilões efetuados pelo Tesouro Nacional, comparando-se o valor dos juros praticados com a Taxa Selic vigente à época dos respectivos leilões

Parte V – Dívida dos Estados

- 5.1 Panorama geral da situação econômica dos estados com foco na dívida pública
- 5.2 Origem da Dívida dos Estados a partir de 1970 – Análise de Resoluções do Senado
- 5.3 Refinanciamento pela União, realizado com base na Lei 9.496/97
- 5.4 Índícios de fraudes: Escândalo dos Precatórios, PROES
- 5.5 Necessidade de revisão e os equívocos do Projeto de Lei Complementar 238 (99 no Senado)
- 5.6 Endividamento externo dos estados com o Banco Mundial e bancos privados internacionais
- 5.7 Alguns passos para uma Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados

Parte VI – Dívida dos Municípios

- 6.1 Análise do caso do endividamento de São Paulo

Parte VII – Experiências de Auditoria da Dívida Pública

- 7.1 Lições da Era Vargas
- 7.2 Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana
- 7.3 Auditoria Cidadã da Dívida
- 7.4 Iniciativas de auditoria cidadã em outros países e continentes



Parte VIII: Metodologia para uma Auditoria da Dívida Pública com participação cidadã

8.1 Função e Objetivos da Auditoria da Dívida

8.2 Fundamentos essenciais para realizar a auditoria da dívida

8.3 Fases da Auditoria

8.4 Aspectos legais que devem ser considerados pela auditoria da dívida pública

8.5 – Prática: Apresentação do Relatório Específico da Auditoria Cidadã da Dívida sobre a Dívida Interna do Estado de Minas Gerais renegociada com a União

Parte IX – Mobilização Social e empoderamento Popular

9.1 O Direito à transparência e acesso a informações

9.2 Organização de Núcleos de Auditoria Cidadã como possibilidade de articulação social e democratização do conhecimento sobre a realidade financeira

9.3 Resistência e participação popular: exemplo da Islandia

INFORMAÇÕES:

PÚBLICO ALVO: Cidadãos em geral, representantes de entidades apoiadoras da Auditoria Cidadã, professores, estudantes, militantes sociais, jornalistas, formadores de opinião.

Formato: Palestras/aulas utilizando-se a tecnologia de ensino à distância (ferramenta *moodle*) que permite a participação de interessados de qualquer localidade. Organização de fórum de discussão não sincrônico. Utilização de textos e outros materiais.

Módulos: Único, com uma Introdução e 9 (nove) partes, conforme detalhamento anterior.

Duração: 120 horas, que abrangem as horas/aula, participação no fórum de discussão, elaboração de exercícios e leitura dos materiais indicados para cada parte.

Materiais de apoio: Publicações da Auditoria Cidadã da Dívida, que serão remetidas por via postal para cada participante devidamente inscrito.

- Livro: Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos
- Livro: Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados
- Caderno de Estudos: A dívida pública em debate: saiba o que ela tem a ver com a sua vida



- Outros artigos e materiais indicados pelos instrutores

Avaliação: A avaliação computará: a participação nos fóruns de discussão de cada parte; a resposta aos questionários e, ao final do curso, o Trabalho de conclusão de curso (TCC). Com base em todo o conteúdo exposto durante o curso, será indicado um tema para que os participantes elaborem texto, com no máximo 1.000 palavras (cerca de 2 páginas).

Institucionalidade: Protagonismo da Auditoria Cidadã da Dívida, a partir da experiência concreta no Equador, na CPI da Dívida Pública e todos os demais estudos realizados desde o início das atividades da Auditoria Cidadã da Dívida.

Certificação: Será fornecido certificado pela Auditoria Cidadã.

Contribuição: Os participantes deverão contribuir com o valor simbólico de R\$ 500,00, a fim de cobrir os gastos para a viabilização do curso. Condições de pagamento: desconto de 10% à vista, dia 10/2/2015. O pagamento poderá ser parcelado em 2 vezes, vencendo a primeira dia 10/2/2015, e a segunda na data de início do curso (1/3/2015). Serão abertas 200 vagas, e disponibilizadas até 20 bolsas para os participantes que não tiverem condição de efetuar o pagamento. Não é necessário efetuar nenhum pagamento agora. Será enviado boleto para pagamento.

Os interessados devem enviar os seguintes dados, para o e-mail auditoriacidadada@terra.com.br :

- NOME COMPLETO
- E-MAIL
- CPF
- DOCUMENTO DE IDENTIDADE
- TELEFONE
- ENDEREÇO RESIDENCIAL COM CEP
- OPÇÃO DE PAGAMENTO (À VISTA OU PARCELADA EM 2 VEZES).

Início das aulas: 1º. de março de 2015, com duração de 4 meses.

Período de inscrição: 11 de dezembro de 2014 a 30 de janeiro de 2015.

Maria Lucia Fattorelli
Coordenadora Nacional